

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

É comumente sabido que as doenças do fígado são uma das principais causas de morte em Portugal, não o sendo menos que, para tal, muito contribuem o excessivo consumo de álcool, a Hepatite C e o carcinoma hepatocelular.

Estima-se que só a Hepatite C afete entre 100 mil e 120 mil Portugueses, não se desconhecendo o facto de essa doença tender a provocar, a prazo, doenças graves como a cirrose ou o cancro do fígado.

O PSD tem por isso atribuído desde sempre a maior atenção para esta realidade, como ainda recentemente bem o demonstrou com a apresentação e posterior aprovação do Projeto de Resolução n.º 758/XII, através do qual recomendou ao Governo o reforço das medidas de abordagem integrada das doenças hepáticas.

Uma das recomendações da referida iniciativa foi, aliás, a de se promover, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), a sempre desejável equidade geográfica no acesso dos utentes, designadamente aos medicamentos indicados e com eficácia ou efetividade documentada no tratamento da Hepatite C.

Neste quadro, são de saudar as importantes decisões já tomadas pelo Governo, para mais no difícil contexto financeiro em que o País ainda se encontra, no sentido de disponibilizar um novo medicamento inovador – o Boceprevir – para o tratamento da Hepatite C, o qual se estima significativamente mais eficaz do que outros medicamentos anteriormente já utilizados para o mesmo efeito.

Naturalmente não se desconhece os elevados custos que o referido acesso pode comportar e, muito menos, as pressões que sempre incidirão sobre os governos no sentido de estes se absterem de defender adequadamente a comportabilidade das aquisições de novos medicamentos, isto é e em último caso, os próprios direitos dos doentes.

Aliás, se só a referida medida do Governo significou uma despesa na ordem dos 12 milhões de Euros, convém ter presente que foi graças à intransigente defesa que o atual Governo fez do interesse público que se conseguiu reduzir aquele esforço financeiro em cerca de 60% face aos 30 milhões de Euros inicialmente previstos.

Convém, aliás, lembrar que a despesa do Estado com os denominados *medicamentos inovadores* tem aumentado significativamente nos últimos anos, estimando-se que, só em 2013, a mesma tenha ascendido a 90 milhões de Euros.

Importa, pois, que, ao invés de, como alguns interesses instalados pretendem, se pressionar o SNS a *aceitar sem discutir* as propostas da indústria farmacêutica, seja antes esta, cada vez mais, um parceiro útil do Ministério da Saúde no sentido de, sem prejuízo das suas naturais e legítimas expectativas, contribuir também para facilitar a acessibilidade dos doentes aos medicamentos que o progresso científico permite tornar cada vez mais eficazes no tratamento da Hepatite C.

E para o efeito referido deve a indústria predispor-se também a aceitar propostas de preços razoáveis e não inoportáveis para o erário público.

No que concerne à atividade recente do Governo, é ainda de realçar a importância da criação, no final de 2013, de um grupo de trabalho, no âmbito da Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica, com a finalidade de avaliar a aplicação das terapêuticas utilizadas no combate à Hepatite C.

Dito isto, entendem os Deputados abaixo assinados dever solicitar junto do Ministério da Saúde o esclarecimento de algumas afirmações de responsáveis da associação *SOS Hepatites*, em reunião da Comissão de Saúde do passado dia 5 de fevereiro, as quais suscitam preocupação não despreciable.

Foi então declarado, designadamente o seguinte:

- “*As novas guidelines neste momento não aprovam o tratamento [dos doentes com Hepatite C] com Boceprevir e o Telaprevir. No dia 16 de janeiro, a EMA [European Medicines Agency] deu autorização para um novo inibidor de polimerase que dá uma média de 95, 90% de cura para os nossos doentes. Estamos imensamente preocupados porque sem o Boceprevir e com as novas guidelines que não aprovam o Boceprevir e o Telaprevir temos um novo inibidor que é muito mais caro, mas que em três meses cura os doentes, cirróticos ou não.*”
- “*Com os cem mil euros de um transplante tratamos 20 doentes durante três meses, que ficam curados sem mais sofrimento, sem mais gastos, sem mais custos para o Estado*”, com a “*nova vaga de medicamentos*”.

Como está bom de ver, e sem prejuízo de todas as considerações que se efetuaram *supra*, não podem deixar os subscritores da presente *Pergunta* ao Governo deixar de obter o esclarecimento de em que medida a realidade alegada por esta conhecida associação de doentes obtém efetiva verificação prática, até na perspetiva da própria continuidade da prossecução das atuais políticas de saúde.

Não deixa a este respeito de ser verdade ter sido noticiado que, nos últimos meses, a *Food and Drug Administration* terá aprovado um novo grupo de medicamentos para a Hepatite C, que dispensará, no caso de muitos doentes, o uso de injeções com muitas reacções adversas, e, bem assim, que a *European Medicines Agency* aprovou também recentemente um novo fármaco com eficácia significativamente superior à dos atualmente aprovados para o tratamento da Hepatite C.

Um último aspeto, que merece também atenção, é a acusação efetuada pela SOS Hepatites, na já mencionada audição na Comissão de Saúde, de que se verificarão desigualdades no acesso dos doentes aos tratamentos da Hepatite C, no âmbito do SNS, consoante o estabelecimento hospitalar em que sejam acompanhados.

Assim, foi afirmado, designadamente que “*A administração [do Hospital de S. João] disse publicamente que não compra medicação. Os doentes a quem cheguei, transferi-os para o [Hospital de] St.º António, mas houve muitos que não chegaram a nós [SOS Hepatites]. Eu não acredito que neste momento a administração vá comprar um medicamento que neste momento teve autorização, mas que as novas guidelines dizem que não é utilizável. São 15 mil euros.*”

Para facilidade de acesso às declarações referidas, transcreve-se o *link* da audição:
http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/3SL/COM/09-CS/CS_20140205_2.mp3

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados vêm, através de Vossa Excelência, requerer ao Governo que preste as seguintes informações:

1. Qual tem sido a evolução da despesa do Serviço Nacional de Saúde nos últimos cinco anos com o tratamento da Hepatite C, designadamente em termos de comparticipação de medicamentos utilizados no tratamento dessa doença?
2. Que verosimilhança atribui o Governo às alegações da associação *SOS Hepatites*, em especial no que se refere à existência de novas *guidelines* no tratamento da Hepatite C, bem como a alguma falta de equidade no tratamento dos portadores dessa doença no âmbito do SNS?
3. Em face das recentes aprovações de novos grupos de medicamentos para a Hepatite C, quer pela *Food and Drug Administration* quer pela *European Medicines Agency*, e na medida em que os mesmos possam revelar uma eficácia significativamente superior à dos fármacos entre nós já autorizados, pondera o Governo solicitar à Direção-Geral da Saúde que, na sua articulação com a Ordem dos Médicos através dos seus Colégios de Especialidade, possa

estudar a aprovação de novas *guidelines* para o tratamento daquela doença?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 13 de Fevereiro de 2014

Deputado(a)s

NUNO REIS(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)

CARLA RODRIGUES(PSD)

JOÃO PRATA(PSD)

GRAÇA MOTA(PSD)